



PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2023

Praça Francisco Ornelas da Câmara
9760-851 Praia da Vitória
www.cmpv.pt



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DE 2023

O Relatório de Gestão Consolidado de 2023 da entidade consolidante Município da Praia da Vitória é elaborado ao abrigo do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O presente relatório apresenta as principais componentes da consolidação de contas das seguintes entidades:

Entidade consolidante – Município da Praia da Vitória

Entidades controladas diretamente:

1. Praia Ambiente S.A., E.M.
2. Praia Cultural, Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada

Outras entidades no âmbito da consolidação:

1. Praia em Movimento, E.M.
2. SDCPV – Sociedade para o Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória

1. Análise da situação económica e financeira

A situação económica e financeira consolidada do exercício de 2023, das entidades já referenciadas, será baseada na Demonstração de Resultados e no Balanço Consolidados, documentos anexos ao presente Relatório de Gestão.

1.1 Demonstração de resultados

A consolidação de contas assume os ajustamentos dos resultados líquidos das entidades objeto de consolidação, assim o resultado líquido do exercício de 2023 pós ajustamentos é de -445.593,76€.

Resultados consolidados	31/12/2023
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	4 778 717,27
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	834 126,46
Resultados antes de impostos	-386 649,43
Resultado líquido do período	-445 593,76

1.2 Balanço

O Balanço reflete a Situação Patrimonial Consolidada do exercício de 2023.

O Ativo assumiu o valor total de 95.042.823,10€, o Património Líquido o montante de 64.858.916,83€ e o Passivo a quantia de 30.183.906,27€.

Balanço	31/12/2023
Ativo corrente	4 950 435,79
Ativo não corrente	90 092 387,31
Património Líquido	64 858 916,83
Passivo corrente	5 701 737,53
Passivo não corrente	24 482 168,74

O valor global das dívidas de curto, médio e longo prazo a receber de Terceiros e a pagar a Terceiros, no final do ano de 2023, assumia os seguintes valores:

Dívidas a receber de terceiros	31/12/2023
Devedores de transferências e subsídios não reembolsáveis	504 888,57
Clientes, contribuintes e utentes	241 044,56
Estado e outros entes públicos	65 712,15
Outras contas a receber	2 786 173,64
	3 597 818,92

Dívidas a pagar a terceiros	31/12/2023
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)	22 522 778,93
Credores por transferências e sub. não reembolsáveis concedidos	364 326,59
Fornecedores	973 147,31
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	82 501,89
Estado e outros entes públicos	162 417,98
Financiamentos obtidos (curto prazo)	2 169 084,01
Fornecedores de investimentos	96 468,45
Outras contas a pagar	1 853 791,30
	28 224 516,46

2. Acontecimentos subsequentes

Encontra-se em processo de internalização das atividades de interesse municipal desenvolvidas pela Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, Praia em Movimento, E. M., e SDCPV - Sociedade para o Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória, S.A, com assunção dos ativos e passivos com elas relacionados.

INTRODUÇÃO

O Município da Praia da Vitória apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de «contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método integral o utilizado uma vez que o Município da Praia da Vitória é detentor de uma percentagem de controlo superior a 50% na maioria das entidades participadas. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações Intra grupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local. As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

DEFINIÇÕESEntidade mãe ou entidade consolidante:

É o município que controla uma ou mais entidades.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Diferenças de consolidação:

São as diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo-se decompor em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição.

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**Praia Ambiente, S.A., E.M.**

A Praia Ambiente, S.A., E.M., é uma empresa pública municipal, cujo objeto social consiste na gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e serviços conexos, drenagem e tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza pública urbana.

Praia Cultural, Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada

A Praia Cultural é uma cooperativa, cujo objeto social consiste na criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

O seu objeto social também inclui o desenvolvimento e promoção da ação social e psicomotora, através de iniciativas de apoio aos jovens, às famílias e idosos do concelho em dificuldades ou em situação de risco e a criação de espaços e equipamentos sociais. Desenvolvimento sociocultural, pedagógico e turístico-cultural, designadamente através de iniciativas e ações que promovam o concelho em todas as vertentes referidas.

Praia em Movimento, E.M.

A Praia em Movimento, E.M., é uma empresa pública municipal, cujo objeto social consiste na implementação, construção, gestão e exploração das áreas de desenvolvimento urbano e rural prioritário do concelho da Praia da Vitória.

SDCPV – Sociedade de Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória

A SDCPV – Sociedade de Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória., cujo objeto social consiste na criação, implementação, desenvolvimento, instalação, gestão, participação e conservação de equipamentos turísticos, desportivos, culturais, ambientais e habitacionais de âmbito local no município de Praia da Vitória.

1. Demonstrações orçamentais consolidadas

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza				Valores em euros			
Município da Praia da Vitória							
Rubrica		LIQUIDAÇÕES	2023	Rubrica		OBRIGAÇÕES	2023
		Receita corrente	14 068 946,45			Despesa corrente	12 657 102,07
R1		Receita fiscal	3 755 060,62	D1		Despesas com o pessoal	7 004 421,04
R1.1		Impostos diretos	3 755 060,62	D1.1		Remunerações Certas e Permanentes	5 193 829,81
R1.2		Impostos indiretos	0,00	D1.2		Abonos Variáveis ou Eventuais	432 680,03
R2		Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0	D1.3		Segurança Social	1 377 911,20
R3		Taxas, multas e outras penalidades	153686,27	D2		Aquisição de bens e serviços	3 474 379,66
R4		Rendimentos de propriedade	469 257,09	D3		Juros e outros encargos	641 868,45
R5		Transferências e subsídios correntes	8 999 454,48	D4		Transferências e subsídios correntes	1 418 740,38
R5.1		Transferências correntes	8 999 454,48	D4.1		Transferências correntes	910 676,70
R5.1.1		Administrações Públicas	8 999 454,48	D4.1.1		Administrações Públicas	256 654,33
R5.1.1.1		Administração Central - Estado Português	8 583 831,00	D4.1.1.1		Administração Central - Estado Português	0,00
R5.1.1.2		Administração Central - Outras entidades	20 416,20	D4.1.1.2		Administração Central - Outras entidades	0,00
R5.1.1.3		Segurança social	0,00	D4.1.1.3		Segurança social	37 431,01
R5.1.1.4		Administração Regional	395 207,28	D4.1.1.4		Administração Regional	0,00
R5.1.1.5		Administração Local	0,00	D4.1.1.5		Administração Local	219 223,32
R5.1.2		Exterior - EU	0,00	D4.1.2		Entidades do setor não lucrativo	565 256,88
R5.1.3		Outras	0,00	D4.1.3		Famílias	71 192,69
R5.2		Subsídios correntes	0,00	D4.1.4		Outras	17 572,80
R6		Venda de bens e serviços	662 770,36	D4.2		Subsídios correntes	508 063,68
R7		Outras receitas correntes	28 717,63	D5		Outras despesas correntes	117 692,54
		Receita de capital	3 464 504,02			Despesa de capital	2 150 152,46
R8		Venda de bens de investimento	429 967,24	D6		Aquisição de bens de capital	1 926 633,19
R9		Transferências e subsídios de capital	3 034 536,78	D7		Transferências e subsídios de capital	223 519,27
R9.1		Transferências de capital	3 034 536,78	D7.1		Transferências de capital	223 519,27
R9.1.1		Administrações Públicas	2 442 205,87	D7.1.1		Administrações Públicas	0,00
R9.1.1.1		Administração Central - Estado português	1 295 459,79	D7.1.1.1		Administração Central - Estado português	0,00
R9.1.1.2		Administração Central - Outras entidades	0,00	D7.1.1.2		Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3		Segurança Social	0,00	D7.1.1.3		Segurança Social	0,00
R9.1.1.4		Administração Regional	1 146 746,08	D7.1.1.4		Administração Regional	0,00
R9.1.1.5		Administração Local	0,00	D7.1.1.5		Administração Local	0,00
R9.1.2		Exterior - EU	0,00	D7.1.2		Entidades do setor não lucrativo	86 469,98
R9.1.3		Outras	592 330,91	D7.1.3		Famílias	0,00
R9.2		Subsídios de capital	0,00	D7.1.4		Outras	137 049,29
R10		Outras receitas de capital	0,00	D7.2		Subsídios de capital	0,00
R11		Reposições não abatidas aos pagamentos	4 301,56	D8		Outras despesas de capital	0,00
		Receita efetiva (1)	17 537 752,03			Despesa efetiva (4)	14 807 254,53
		Receita não efetiva (2)	2 782 437,30			Despesa não efetiva (5)	3 278 916,71
R12		Receita com ativos financeiros	0,00	D9		Despesa com ativos financeiros	0,00
R13		Receita com passivos financeiros	2 782 437,30	D10		Despesa com passivos financeiros	3 278 916,71
		Receita Total (3)=(1)+(2)	20 320 189,33			Despesa total (6)=(4)+(5)	18 086 171,24

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2023 - Consolidada								Valores em euros
Município da Praia da Vitória								
Rubrica	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Receita corrente	14 068 946,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14 068 946,45	
R1	Receita fiscal	3 755 060,62	0,00	0,00	0,00	0,00	3 755 060,62	
R1.1	Impostos diretos	3 755 060,62	0,00	0,00	0,00	0,00	3 755 060,62	
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Cont. sistemas de prot. social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	153686,27	0,00	0,00	0,00	0,00	153686,27	
R4	Rendimentos de propriedade	469 257,09	0,00	0,00	0,00	0,00	469 257,09	
R5	Transferências e subsídios correntes	8 999 454,48	0,00	0,00	0,00	0,00	8 999 454,48	
R5.1	Transferências correntes	8 999 454,48	0,00	0,00	0,00	0,00	8 999 454,48	
R5.1.1	Administrações Públicas	8 999 454,48	0,00	0,00	0,00	0,00	8 999 454,48	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8 583 831,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 583 831,00	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	20 416,20	0,00	0,00	0,00	0,00	20 416,20	
R5.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4	Administração Regional	395 207,28	0,00	0,00	0,00	0,00	395 207,28	
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	662 770,36	0,00	0,00	0,00	0,00	662 770,36	
R7	Outras receitas correntes	28 717,63	0,00	0,00	0,00	0,00	28 717,63	
	Receita de capital	3 293 001,23	0,00	171 502,79	0,00	0,00	3 464 504,02	
R8	Venda de bens de investimento	429 967,24	0,00	0,00	0,00	0,00	429 967,24	
R9	Transferências e subsídios de capital	2 863 033,99	0,00	171 502,79	0,00	0,00	3 034 536,78	
R9.1	Transferências de capital	2 863 033,99	0,00	171 502,79	0,00	0,00	3 034 536,78	
R9.1.1	Administrações Públicas	2 270 703,08	0,00	171 502,79	0,00	0,00	2 442 205,87	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado português	1 123 957,00	0,00	171 502,79	0,00	0,00	1 295 459,79	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.4	Administração Regional	1 146 746,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1 146 746,08	
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3	Outras	592 330,91	0,00	0,00	0,00	0,00	592 330,91	
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	4 301,56	0,00	0,00	0,00	0,00	4 301,56	
	Receita efetiva (1)	17 366 249,24	0,00	171 502,79	0,00	0,00	17 537 752,03	
	Receita não efetiva (2)	1 442 330,91	0,00	0,00	1 340 106,39	0,00	2 782 437,30	
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com passivos financeiros	1 442 330,91	0,00	0,00	1 340 106,39	0,00	2 782 437,30	
	Receita Total (3)=(1)+(2)	18 808 580,15	0,00	171 502,79	1 340 106,39	0,00	20 320 189,33	

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2023 - Consolidada							Valores em euros
Município da Praia da Vitória							
Rubrica	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL
	Despesa corrente	11 606 558,23	0,00	162 717,50	887 826,34	0,00	12 657 102,07
D1	Despesas com o pessoal	6 549 590,12	0,00	132 994,16	321 836,76	0,00	7 004 421,04
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 945 062,96	0,00	104 885,38	143 881,47	0,00	5 193 829,81
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	419 483,39	0,00	7 656,03	5 540,61	0,00	432 680,03
D1.3	Segurança Social	1 185 043,77	0,00	20 452,75	172 414,68	0,00	1 377 911,20
D2	Aquisição de bens e serviços	3 143 170,75	0,00	8 586,63	322 622,28	0,00	3 474 379,66
D3	Juros e outros encargos	550 373,43	0,00	18 777,30	72 717,72	0,00	641 868,45
D4	Transferências e subsídios correntes	1 245 731,39	0,00	2 359,41	170 649,58	0,00	1 418 740,38
D4.1	Transferências correntes	873 808,89	0,00	2 359,41	34 508,40	0,00	910 676,70
D4.1.1	Administrações Públicas	246 491,29	0,00	2 039,41	8 123,63	0,00	256 654,33
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	34 679,37	0,00	1 027,57	1 724,07	0,00	37 431,01
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	211 811,92	0,00	1 011,84	6 399,56	0,00	219 223,32
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	555 941,39	0,00	200,00	9 115,49	0,00	565 256,88
D4.1.3	Famílias	59 158,09	0,00	120,00	11 914,60	0,00	71 192,69
D4.1.4	Outras	12 218,12	0,00	0,00	5 354,68	0,00	17 572,80
D4.2	Subsídios correntes	371 922,50	0,00	0,00	136 141,18	0,00	508 063,68
D5	Outras despesas correntes	117 692,54	0,00	0,00	0,00	0,00	117 692,54
	Despesa de capital	1 797 995,31	0,00	149 272,01	202 885,14	0,00	2 150 152,46
D6	Aquisição de bens de capital	1 590 560,91	0,00	149 272,01	186 800,27	0,00	1 926 633,19
D7	Transferências e subsídios de capital	207 434,40	0,00	0,00	16 084,87	0,00	223 519,27
D7.1	Transferências de capital	207 434,40	0,00	0,00	16 084,87	0,00	223 519,27
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	70 385,11	0,00	0,00	16 084,87	0,00	86 469,98
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	137 049,29	0,00	0,00	0,00	0,00	137 049,29
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva (4)	13 404 553,54	0,00	311 989,51	1 090 711,48	0,00	14 807 254,53
	Despesa não efetiva (5)	2 848 893,74	0,00	44 927,68	385 095,29	0,00	3 278 916,71
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	2 848 893,74	0,00	44 927,68	385 095,29	0,00	3 278 916,71
	Despesa total (6)=(4)+(5)	16 253 447,28	0,00	356 917,19	1 475 806,77	0,00	18 086 171,24

2. Balanço consolidado

Município da Praia da Vitória			
Balanco em 31 de Dezembro de 2023 - Consolidadas			Valores em €
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2023	SNC-AP 31/12/2022 reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	74 309 466,84	77 089 808,37
Propriedades de investimento	8	4 805 369,27	5 005 075,91
Ativos intangíveis	3	431,25	506,25
Ativos biológicos			
Participações financeiras	1 / 18	10 933 161,94	11 187 801,91
Diferimentos			
Outros ativos financeiros		43 958,01	44 798,95
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Impostos diferidos			16 935,98
Outras contas a receber			
		90 092 387,31	93 344 927,37
Ativo corrente			
Inventários	10	190 665,55	188 219,40
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		504 888,57	678 299,64
Clientes, contribuintes e utentes	9	241 044,56	275 120,20
Estado e outros entes públicos	24	65 712,15	74 576,45
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	29	2 786 173,64	4 262 615,57
Diferimentos	23	7 007,62	25 135,34
Ativos financeiros detidos para negociação			
Caixa e depósitos	1	1 154 943,70	415 320,84
		4 950 435,79	5 919 287,44
Total do Ativo		95 042 823,10	99 264 214,81
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30	30 399 309,10	30 399 309,10
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		382 875,63	382 875,63
Resultados transitados		-15 896 073,53	-16 929 801,77
Ajustamentos em ativos financeiros		13 896 259,09	12 525 318,54
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		36 458 371,69	36 350 717,19
Resultado líquido do período		-445 593,76	-612 746,60
Diferenças de consolidação		-156,75	13 146,79
Interesses que não controlam		63 925,36	75 714,88
Total do Património Líquido		64 858 916,83	62 204 533,76
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 959 389,81	1 959 389,81
Financiamentos obtidos	7	22 522 778,93	23 238 470,45
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		24 482 168,74	25 197 860,26
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		364 326,59	448 560,58
Fornecedores		973 147,31	1 514 045,36
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		82 501,89	84 021,89
Estado e outros entes públicos	24	162 417,98	156 349,01
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	2 169 084,01	3 496 845,79
Fornecedores de investimentos		96 468,45	979 954,81
Outras contas a pagar	29	1 853 791,30	5 152 043,35
Diferimentos	23		30 000,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		5 701 737,53	11 861 820,79
Total do Passivo		30 183 906,27	37 059 681,05
Total do Património Líquido e Passivo		95 042 823,10	99 264 214,81

3. Demonstração de resultados por naturezas consolidada

Município da Praia da Vitória			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2023 - Consolidadas			Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		2023	2022 reexpresso
Impostos, contribuições e taxas	25	3 334 169,81	3 551 955,71
Vendas	25	6 562,68	101 067,33
Prestações de serviços e concessões	25	4 099 422,68	3 905 424,82
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreend	25	100 661,80	-64 311,46
Transferências e subsídios correntes obtidos	25	9 003 035,94	8 382 871,97
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-214 272,56	-213 856,35
Fornecimentos e serviços externos	26	-3 780 161,87	-4 127 063,63
Gastos com pessoal	28	-8 607 655,87	-8 393 087,05
Transferências e subsídios concedidos		-762 960,58	-892 832,82
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	10 817,47	-12 106,88
Provisões (aumentos/reduções)	15		
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		718,17	-2 710,23
Outros rendimentos	25	3 233 838,73	1 846 125,03
Outros gastos	27	-1 645 459,13	-396 013,13
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 778 717,27	3 685 463,31
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 722 436,43	-3 715 723,90
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-222 154,38	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		834 126,46	-30 260,59
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-1 220 775,89	-546 767,15
Resultado antes de impostos		-386 649,43	-577 027,74
Imposto sobre o rendimento		-69 072,10	-21 685,17
Resultado líquido do período		-455 721,53	-598 712,91
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		10 127,77	-14 033,69
		-445 593,76	-612 746,60

4. Demonstração das alterações ao património líquido consolidada

Município da Praia da Vitória															
Demonstração de alterações do património líquido a 31 de Dezembro de 2023 - Consolidadas															
Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Valores em €
Posição no início do período (reexpresso)	(1)	30 399 309,10	0,00	0,00	0,00	382 875,63	0,00	-16 929 801,77	12 525 318,54	0,00	36 350 717,19	-612 746,60	62 115 672,09	88 861,67	62 204 533,76
Alterações no período															
Primeira doação de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107 654,50	0,00	107 654,50	0,00	107 654,50
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 033 728,24	1 370 940,55	0,00	0,00	612 746,60	3 017 415,39	-25 093,06	2 992 322,33
(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 033 728,24	1 370 940,55	0,00	107 654,50	612 746,60	3 125 069,89	-25 093,06	3 099 976,83
(3)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-445 593,76	-445 593,76	-445 593,76	-445 593,76
(4)=(2)+(3)								0,00	0,00	0,00		-445 593,76	-445 593,76		-445 593,76
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para coberturas de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(6)=(1)+(2)+(3)+(5)		30 399 309,10	0,00	0,00	0,00	382 875,63	0,00	-15 896 073,53	13 896 259,09	0,00	36 458 371,69	-445 593,76	64 795 148,22	63 768,61	64 858 916,83

5. Demonstração de fluxos de caixa consolidado

Município da Praia da Vitória			
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2023 - Consolidadas			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		2023	2022 reexpresso
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 316 017,92	202 722,81
Recebimentos de contribuintes		3 755 060,62	2 774 067,98
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		5 276 405,05	3 499 014,77
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-4 486 993,87	-1 793 614,30
Pagamentos ao pessoal		-7 002 509,48	-2 652 083,07
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 146 787,82	-143 881,47
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		711 192,42	1 886 226,72
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento		1 303,97	
Outros recebimentos		3 826 958,51	292 016,14
Outros pagamentos		-4 039 657,05	-6 086 168,67
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		499 797,85	-3 907 925,81
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 112 308,53	-175 102,71
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		0,00	-11 433,88
Outros ativos		-430,53	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		429 967,24	116 958,11
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		469 991,64	452 607,14
Investimentos financeiros			
Outros ativos		908,47	
Subsídios ao investimento		1 799 191,98	39 149,33
Transferências de capital		2 270 703,08	1 947 292,95
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 858 023,35	2 369 470,94
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 971 108,10	2 724 876,42
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos		100 809,38	
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-4 841 510,37	-1 600 317,46
Juros e gastos similares		-848 605,45	-116 463,59
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-2 618 198,34	1 008 095,37
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		1 154 943,70	415 320,84
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		415 320,84	945 680,34
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		415 320,84	945 680,34
De execução orçamental		244 999,66	389 507,84
Rubricas		Notas	Períodos
		2023	2022
De operações de tesouraria		22 186,73	25 657,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 154 943,70	415 320,84
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= saldo para a gerência seguinte		1 154 943,70	415 320,84
De execução orçamental		1 133 915,30	393 134,11
De operações de tesouraria		21 028,40	22 186,73

6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Encontra-se em processo de internalização das atividades de interesse municipal desenvolvidas pela Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, Praia em Movimento, E. M., e SDCPV - Sociedade para o Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória, S.A, com assunção dos ativos e passivos com elas relacionados.

A Entidade alterou o perímetro de consolidação, incluindo as sociedades Praia em Movimento e SDCPV, pelo que efetuou a reexpressão dos valores comparativos de 2022 das demonstrações financeiras consolidadas.

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de capital	% do Capital Detido em 2020	Obs.
Município da Praia da Vitória	Praça Francisco Ornelas da Câmara, Praia da Vitória	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e cooperação externa.			a)
Praia Ambiente, S.A., E.M.	Rua do Evangelho, Praia da Vitória	Gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e serviços conexos, drenagem e tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza pública urbana.	MPV	100,00%	b)
Praia Cultural, CIPRL	Rua Serpa Pinto, Praia da Vitória	Criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestações das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais. O desenvolvimento e promoção da ação social e psicomotora, através de iniciativas de apoio aos jovens, às famílias e idosos do concelho em dificuldades ou em situação de risco e a criação de espaços e equipamentos sociais. O desenvolvimento sociocultural, pedagógico e turístico-cultural, designadamente através de iniciativas e ações que promovam o concelho em todas as vertentes referidas.	MPV / Outros	97,36% / 2,64%	
Praia em Movimento, E. M.	Praça Francisco Ornelas da Câmara, Praia da Vitória	Implementação, construção, gestão e exploração das áreas de desenvolvimento urbano e rural prioritário do concelho da Praia da Vitória.	Outros	100,00%	
SDCPV – Soc. Desenvolvimento Concelho da Praia da Vitória	Caminho do Facho, n.º 6-F, Praia da Vitória	Criação, implementação, desenvolvimento, instalação, gestão, participação e conservação de equipamentos turísticos, desportivos, culturais, ambientais e habitacionais de âmbito local no município de Praia da Vitória.	Outros	100,00%	

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
- b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Praia da Vitória

1.2 – Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de capital	% do Capital Detido em 2020	Obs.
TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, E.E.M.	Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha	Gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis.	MPV / MAH	40% / 60%	a), b)

- a) Mensurada ao custo de aquisição
- b) MAH – Município de Angra do Heroísmo

1.3 – Entidades associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Denominação social	Sede Social	% do capital	Quantia escriturada final
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Rua gregório Lopes, Lote 1514 R/C, Lisboa	0,67%	411.619,50 €
AGESPI	Porto da P.V. Edifício da Junta Autónoma dos Portos P.V.	25,00%	24 940,00 €
Associação Regional do Turismo	Rua da Palha, 32-34 A.H.	12,00%	45 000,00 €

1.4 – Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A caixa e seus equivalentes no dia 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 tem a seguinte composição:

Conta	31/12/2023		31/12/2022	
Caixa		14 946,12		12 749,18
Depósitos à ordem		1 139 997,58		402 571,66
Depósitos bancários à ordem	1 139 997,58		402 571,66	
Outros depósitos				
Depósitos a prazo				
Depósitos consignados				
Depósitos de garantias e caucões				
Total de caixa e depósitos		1 154 943,70		415 320,84

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O balanço e a demonstração dos resultados de 2022 e 2023 foram preparadas de acordo com o SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e dez anos.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para obter rendimento e/ou a valorização do capital, e não para utilização ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de reintegrações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os gastos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos/ rendas, obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo Método da equivalência patrimonial, de acordo com o previsto na NCP 23. De acordo com o parágrafo 5 desta norma, o investimento numa associada é reconhecido pelo custo aquando do

reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a quota-parte do Município nos resultados da participada depois da data de aquisição.

Imparidade dos ativos não correntes

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registrada como um gasto na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registrado em períodos anteriores.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao valor nominal, sendo subsequentemente mensuradas ao custo deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber. As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à

taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Após o reconhecimento inicial os financiamentos são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas

Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais a mencionar. No entanto, do ponto de vista de análise futura, poderá existir necessidade de efetuar correções em exercícios futuros referentes ainda ao processo de transição para o SNC AP.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são

ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controle do Município; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Autarquia. O Município não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Autarquia. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, o Órgão Executivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação e aos ativos intangíveis;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2023 foram como se segue:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação								
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	750,00	243,75		506,25	750,00	318,75		431,25
Ativos intangíveis em curso								
Total	750,00	243,75	0,00	506,25	750,00	318,75	0,00	431,25

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS

No quadro seguinte encontra-se descrito os acordos de concessão. Estes contratos referem-se somente ao Município da Praia da Vitória.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da instalação, manutenção e exploração dos parquímetros da Praia da Vitória	DATA REDE - Sistemas de Dados e Comunicações, SA	-	13 A	-	-	-	-

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos itens que compõem esta rubrica é a seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	3 818 073,17			3 818 073,17	3 845 338,86			3 845 338,86
Edifícios e outras construções				0,00	3 689 015,57	959 143,97		2 729 871,60
Infraestruturas	44 387 862,61	26 586 256,22		17 801 606,39	45 595 418,06	27 981 048,53		17 614 369,53
Património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Outros				0,00				0,00
Bens de domínio público em curso	5 532 916,84			5 532 916,84				0,00
	53 738 852,62	26 586 256,22	0,00	27 152 596,40	53 129 772,49	28 940 192,50	0,00	24 189 579,99
Ativos fixos em concessão				0,00				0,00
Terrenos e recursos naturais				0,00				0,00
Edifícios e outras construções				0,00				0,00
Infraestruturas				0,00				0,00
Património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Ativos fixos em concessão em curso				0,00				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis				0,00				0,00
Terrenos e recursos naturais	10 859 716,18			10 859 716,18	10 859 716,18			10 859 716,18
Edifícios e outras construções	49 673 896,72	15 393 997,44		34 279 899,28	50 780 709,96	17 632 099,87	222 154,38	33 148 610,09
Equipamento básico	7 462 133,76	5 941 874,59		1 520 259,17	7 912 570,40	6 677 993,67		1 234 576,73
Equipamento de transporte	1 309 318,07	1 107 530,66		201 787,41	1 484 413,61	1 138 108,13		346 305,48
Equipamento administrativo	3 499 412,55	3 130 271,28		369 141,27	3 589 903,48	3 328 260,88		261 642,60
Equipamentos biológicos				0,00	0,00			0,00
Outros	104 577,11	73 941,62		30 635,49	828 870,90	528 707,48		300 163,42
Ativos fixos tangíveis em curso	2 675 773,17			2 675 773,17	3 968 872,35			3 968 872,35
	75 584 827,56	25 647 615,59	0,00	49 937 211,97	79 425 056,88	29 305 170,03	222 154,38	50 119 886,85
Total	129 323 680,18	52 233 871,81	0,00	77 089 808,37	132 554 829,37	58 245 362,53	222 154,38	74 309 466,84

NOTA 7 – CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos bancários		
Passivo corrente	2 169 084,01	3 496 845,79
Passivo não corrente	22 522 778,93	23 238 470,45

NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no final do período, em propriedades de investimento:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. internas	Ganhos de Justo Valor	Perdas de Justo Valor	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	5 005 075,91						199 706,64	4 805 369,27
Edifícios e outras construções								
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de investimento em curso								
Total	5 005 075,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199 706,64	4 805 369,27

NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

De seguida, apresenta-se o quadro com as imparidades de ativos a 31 de dezembro de 2023:

RUBRICAS	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	230 227,09	0,00	10 817,47	241 044,56
Total	230 227,09	0,00	10 817,47	241 044,56

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

A decomposição da rubrica de inventários é a seguinte:

RUBRICAS	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	190 665,55		190 665,55
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	190 665,55	0,00	190 665,55

NOTA 15 – PROVISÕES

O detalhe da rubrica de provisões consolidadas é o seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final (4)=(1)+(2)-(3)
		Total aumentos (2)	Total diminuições (3)	
Impostos, contribuições e taxas				0,00
Garantias a clientes				0,00
Processos judiciais em curso	1 959 389,81			1 959 389,81
Acidentes de trabalho e doenças profissionais				0,00
Matérias ambientais				0,00
Contratos onerosos				0,00
Reestruturação e reorganização				0,00
Outras provisões				0,00
Total	1 959 389,81	0,00	0,00	1 959 389,81

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica participações financeiras e outros ativos financeiros consolidados é o seguinte:

RUBRICAS	Quantia bruta (1)	Aumentos			Diminuições			Quantia (8)=(1)+(2)+(3)+(4)- (5)-(6)-(7)
		Compras (2)	Ganhos JV (3)	Outros (4)	Alienações (5)	Perdas JV (6)	Outros (7)	
Ativos financeiros mensurados ao MEP								
Participações financeiras	11 187 801,91						254 639,97	10 933 161,94
Outros ativos financeiros	44 798,95						840,94	43 958,01
Total	11 232 600,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255 480,91	10 977 119,95

NOTA 23 – DETALHE DA CONTA DE DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023, o detalhe das rubricas de diferimentos é o seguinte:

Conta	Nome	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
2819	Gastos a reconhecer	25.135,34		18.127,72	7.007,62

NOTA 25 – DETALHE DOS RÉDITOS

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2023 é detalhado conforme se segue:

Descrição	31/12/2023
Impostos Diretos	2 270 487,30
Impostos Indiretos	930 927,84
Taxas	124 769,90
Multas e Penalidades	7 984,77
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 003 035,94
Rendimentos imputados a entidades associadas	100 661,80
Vendas	6 562,68
Prestação de Serviços	4 099 422,68
Reversões	10 817,47
Vendas de Bens	
Ganhos por aumento de Justo Valor	718,17
Outros	3 233 838,73
TOTAL	19 789 227,28

NOTA 24 – DETALHE DA CONTA DE ESTADO E OUTOS ENTES PÚBLICOS

O detalhe dos saldos das contas do Estado e Outros Entes Públicos em 2023 é o seguinte:

Descrição	31/12/2023	
	Saldos devedores	Saldos credores
Estado e outros entes públicos	65 712,15	162 417,98
Imposto sobre o rendimento	-	32 471,50
Retenção de impostos sobre o rendimento	-	28 165,09
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	65 712,15	-
Outros impostos	-	6 380,73
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	95 400,66

NOTA 26 – DETALHE DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” encontra-se detalhada conforme se segue:

Descrição	31/12/2023
Despesas com Subcontratos	279 947,72
Serviços de transporte	0,00
Trabalhos especializados	482 048,69
Publicidade, comunicação e imagem	18 592,28
Vigilância e segurança	83 657,01
Honorários	55 126,57
Comissões	137 710,46
Conservação e reparação	300 417,32
Serviços bancários	37 881,19
Outros serviços especializados	15 955,24
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	95 254,24
Livros e documentação técnica	352,25
Material de escritório	14 771,71
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	7 865,20
Material de educação, cultura e recreio	0,00
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	1 209,74
Medicamentos e artigos para a saúde	0,00
Outros	264 772,26
Eletricidade	737 071,99
Combustíveis e lubrificantes	158 541,98
Produtos de limpeza de veículos	0,00
Produtos tratamento de águas	0,00
Água	0,00
Deslocações e estadas	26 404,98
Transportes de pessoal	10 160,05
Transportes de mercadorias	29 225,92
Transporte de material	0,00
Outros	75 674,37
Rendas e alugueres	486 072,20
Comunicação	124 073,38
Seguros	73 827,51
Royalties	266,38
Contencioso e notariado	23 037,37
Despesas de representação dos serviços	22 350,82
Limpeza, higiene e conforto	20 996,77
Outros serviços	196 896,27
TOTAL	3 780 161,87

NOTA 27 – DETALHE DOS OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos valores incluídos na rubrica de “Outros Gastos e Perdas” a 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

Descrição	31/12/2023
Impostos	20 366,80
Taxas	7 205,53
Alienações	589 297,55
Abates	609 324,65
Gastos em entidades controladas e associadas	-8 036,38
Correções relativas a períodos anteriores	355 509,70
Donativos	42 747,60
Quotizações	22 641,39
Outros	6 402,29
TOTAL	1 645 459,13

NOTA 28 – DETALHE DOS GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta de Gastos com o Pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	269 804,59
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	878,28
Remunerações do pessoal	6 161 721,57
Indemnizações	211 450,32
Encargos sobre remunerações	1 425 661,45
Seguro Acidentes de Trabalho e doenças profissionais	92 860,67
Outros gastos com o pessoal	162 852,39
Outros encargos sociais	282 426,60
TOTAL	8 607 655,87

NOTA 29 – DETALHE DAS OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023, os valores incluídos nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar”, decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber	31/12/2023
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 778 446,44
Outros devedores	1 007 727,20
	2 786 173,64

Outras contas a pagar	31/12/2023
Credores por acréscimos de gastos	964 793,18
Cauções	19 291,57
Outros credores	869 706,55
	1 853 791,30

NOTA 30 - PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Ver mapa nº4 – Demonstração das alterações ao património líquido consolidado.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município da Praia da Vitória ou às Entidades incluídas no perímetro de consolidação ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

7. Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas

8. Certificação Legal de Contas Consolidadas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA** (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 95.042.823 euros e um total de património líquido de 64.858.917 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 445.594 euros, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos ou possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

Não obtivemos evidência do correto registo e classificação dos ativos reconhecidos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento pelo que, não nos podemos pronunciar quanto à sua integridade, mensuração e classificação, assim como, quanto ao valor das respetivas depreciações e amortizações acumuladas e do período.

Não obtivemos evidência do correto registo dos montantes de subsídios ao investimento reconhecidos na rubrica de Outras Variações no Património Líquido pelo que, não nos podemos pronunciar quanto à sua integridade e mensuração, bem como a respetiva imputação nos resultados do período e de períodos anteriores.

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL

Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161395 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Conforme divulgado na nota 1 do anexo, a Entidade alterou o perímetro de consolidação, pelo que efetuou a reexpressão dos valores comparativos de 2022 das demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

As demonstrações financeiras consolidadas do **MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA** relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião com reservas sobre essas demonstrações financeiras em 26 de maio de 2023.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Os fluxos de caixa apresentados na Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa não se encontram reconhecidos de acordo com a sua natureza, não cumprindo o determinado no ponto 74 da NCP1— Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

A sociedade **PRAIA EM MOVIMENTO, E.M.** não apresenta as demonstrações orçamentais em conformidade com a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, que, em virtude de ser entidades pública reclassificada conforme lista das Entidades do Setor Institucional das Administrações Públicas publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, se encontra obrigada. Por esse motivo, as demonstrações orçamentais não contemplam a totalidade das entidades do perímetro de consolidação.

Não obtivemos as atas das reuniões do Conselho de Administração da **PRAIA AMBIENTE, EM** ocorridas entre a ata nº 326 do dia 7 de março de 2023 até à data de hoje, com exceção da ata nº 347 do dia 3 de novembro de 2023, pelo que, por este facto não nos podemos pronunciar sobre possíveis impactos nas demonstrações financeiras.

Não obtivemos as atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da de **SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA, S.A.**, por este facto não nos podemos pronunciar sobre possíveis impactos nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Enfases

Conforme divulgado na nota 1 do anexo, o **MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA** encontra-se em processo de internalização das atividades de interesse municipal desenvolvidas pela **PRAIA CULTURAL – COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO E DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, PRAIA EM MOVIMENTO, E.M.** e **SDCPV – SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA, S.A.** com assunção dos ativos e passivos com elas

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.


Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt
Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrição no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161395 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO • PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações de relato consolidado

Auditamos as demonstrações de relato consolidado anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações de relato consolidado no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 16 de maio de 2024

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

M. Cunha & Associado - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., SROC n.º 52

representada por

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859, registado na CMVM com o nº 20160482

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

Nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o nosso relatório e o parecer sobre o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração de Resultados Consolidada, a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, a Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido, a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por natureza, e os respetivos Anexos referentes ao exercício de 2023 que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo do **MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA**.

1. No âmbito das nossas funções:

- Procedemos ao acompanhamento possível da gestão e da atividade do Executivo do Grupo Público;
- Analisámos a informação contabilística, financeira e de gestão do Grupo Público que nos foi disponibilizada, em suporte documental e informático;
- Verificámos a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados e que constam expressos no Anexo às contas do Grupo Público;
- Desenvolvemos os procedimentos de revisão de contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência, emitimos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, a Certificação Legal das Contas, entregue ao Executivo e, cujo conteúdo consideramos como fazendo parte integrante do presente relatório;
- Verificámos por amostragem a conformidade legal e a regularidade financeira das operações registadas.

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

2. Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2023 e o Relatório de Gestão, exceto quanto aos efeitos ou possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" da Certificação Legal de Contas, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que, depois de aprovadas pelo Órgão Executivo, poderão ser apreciadas e aprovadas pela Assembleia Municipal do **MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA**.

Porto, 06 de junho de 2024

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

M. Cunha & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., SROC n.º 52
representada por
Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859, registado na CMVM com o nº 20160482